

PROJETO DE LEI N.º 3.449, DE 2012

(Do Sr. Edivaldo Holanda Junior)

Modifica o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para destinar recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito para ações de atenção especial e de urgência e emergência em saúde.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-3052/2004.

APRECIAÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD 2

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - O art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa

a vigorar com a seguinte redação:

Art. 320. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego,

de campo, policiamento, fiscalização, educação de trânsito e em ações de

atenção especializada e de urgência e emergência em saúde. (NR)

Parágrafo 1º. O percentual de cinco por cento do valor das multas de trânsito arrecadadas será depositado, mensalmente, na conta de fundo de

âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito.

Parágrafo 2º. O percentual de dez por cento do valor das multas de

trânsito arrecadadas será depositado, mensalmente, na conta de Fundo Nacional de Saúde para aplicação em ações de atenção especializada e de

urgência e emergência em saúde. (NR)

Art. º Esta Lei entra em vigor cento e vinte dias após a data de sua

publicação.

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei busca garantir meios de melhorar a aplicação dos

fartos recursos resultante da arrecadação com multas que, conforme

conhecimento público, constitui importante meio de incremento das receitas

públicas.

Somado ao fato de ser uma considerável fonte de recursos, as multas

guardam estreita relação com os dados alarmantes de vitimas de acidentes de

trânsito; seja apenas pelo excesso de velocidade, seja pela nefasta

combinação deste ao álcool, fato é que as despesas do serviço público de

saúde são muito oneradas pelos acidentes de trânsito.

Via de regra, as mencionadas vítimas demandam atendimento em

instituições de saúde aptas a prestarem atendimento especializado e/ou de

urgência e emergência.

Dessa forma, a destinação de percentual da receita arrecada em razão

das multas para os serviços de atenção especializada e de urgência e

emergência em saúde certamente contribuirá para a melhoria do atendimento da população de modo geral. Esta é a razão de ser do presente Projeto de Lei:

Sala das Sessões, em 14 de março de 2012.

Deputado EDIVALDO HOLANDA JÚNIOR

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: CAPÍTULO XX DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS Art. 320. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito. Parágrafo único. O percentual de cinco por cento do valor das multas de trânsito arrecadadas será depositado, mensalmente, na conta de fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito. Art. 321. (VETADO)

FIM DO DOCUMENTO